

EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.144 - PR (2019/0199955-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
EMBARGANTE : MARCEL HEIBEL
ADVOGADOS : LUIZ ANTÔNIO CÂMARA E OUTRO(S) - PR014917
GIANNE CAPARICA CÂMARA - PR042171
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. DESCABIMENTO.

Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Embargos de declaração opostos por **Marcel Heibel** ao *decisum*, de minha lavra, assim ementado (fl. 441):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE IMPUGNAÇÃO DEFICIENTE. INOBSERVÂNCIA DO COMANDO LEGAL INSERTO NOS ARTS. 932, III, DO CPC/2015, E 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ. SÚMULA 182/STJ. FUNDAMENTO SUBSIDIÁRIO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 617 E 619, AMBOS DO CPP. SUPOSTA OMISSÃO NO PRONUNCIAMENTO JURISDICIONAL. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. ACÓRDÃO REVISIONAL QUE OSTENTA FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE PARA RECHAÇAR AS NULIDADES SUSCITADAS.

Agravo não conhecido.

Nas razões, a defesa do embargante aduziu que a decisão ora embargada padece de omissões, pois não demonstrou *onde, nas decisões emitidas pelo E. TJPR, estão as supostas razões de decidir* (fl. 455), inclusive no que se refere ao *enfrentamento da tese relacionada à ausência de autodefesa* (fl. 456).

Pugnou, assim, pelo saneamento do vício apontado.

É o relatório.

Os aclaratórios são manifestamente improcedentes.

O agravo em recurso especial foi inadmitido, pois não atacou, de forma suficiente, um dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial na origem

(Súmula 83/STJ).

Tal conclusão, por implicar a inadmissão do agravo, **acabou por obstar o conhecimento de todo o recurso especial que se objetivava destrancar com aquele recurso.**

Não há, pois, nenhuma omissão na fundamentação lançada.

Ora, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em **repercussão geral**, assentou o entendimento de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que **contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões** (QO no AI n. 791.292, julgado sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes), **circunstância verificada no caso**, eis a ementa do julgado:

[...] Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração. [...]

Ademais, cumpre destacar que a decisão embargada ainda lançou **fundamento subsidiário**, concernente ao mérito do recurso especial, **absolutamente independente** do primeiro.

E, também nesse aspecto, não há falar em omissão no *decisum*, pois a decisão agravada lançou fundamentação suficiente para rechaçar a tese recursal (fl. 445):

[...]

Como fundamento subsidiário, destaco que, ainda que fosse possível superar o óbice verificado, o recurso especial seria desprovido.

Ora, os fundamentos lançados no acórdão revisional, para rechaçar o pleito defensivo – calcados na preclusão e na inexistência de demonstração de prejuízo concreto (art. 563 do CPP) –, abrangem quaisquer nulidades suscitadas na inicial.

[...]

De fato, o que se verifica, nas alegações veiculadas nos aclaratórios, é a tentativa

do embargante de, por via oblíqua, **rediscutir a conclusão do julgado**, providência descabida na via eleita.

A propósito:

[...] 1. Os Embargos de Declaração, segundo o disposto no art. 619 do CPP, se prestam a afastar a existência, no julgado, de ambigüidade, omissão, contradição e obscuridade, sendo-lhe impróprio o manejo para o fim de se rediscutir a matéria decidida. [...]

(EDcl no HC n. 335.663/RS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 11/3/2016)

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator